



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE GEOGRAFIA**

JOSUÉ DA SILVA BARBOSA

**GEOGRAFIA HISTÓRICA DE ALTAMIRA: UMA ANÁLISE DOS BAIROS
QUE FICAVAM NO ENTORNO DO IGARAPÉ ALTAMIRA/PA**

**Altamira-PA
2026**

JOSUÉ DA SILVA BARBOSA

**GEOGRAFIA HISTÓRICA DE ALTAMIRA: UMA ANÁLISE DOS BAIROS
QUE FICAVAM NO ENTORNO DO IGARAPÉ ALTAMIRA/PA**

Trabalho de Conclusão apresentado à Faculdade de Geografia (FACGEO), do Campus Universitário de Altamira, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto.

**Altamira-PA
2026**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

B238g Barbosa, Josué da Silva.
 Geografia histórica de Altamira : uma análise dos bairros que
 ficavam no entorno do igarapé Altamira/PA / Josué da Silva
 Barbosa. — 2026.
 34 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto
 Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
 Campus Universitário de Altamira, Faculdade de Geografia ,
 Altamira, 2026.

 1. Geografia histórica. 2. Urbanização. 3. Remoções
 urbanas. 4. Belo Monte. 5. Altamira-PÁ. I. Título.

CDD 911

GEOGRAFIA HISTÓRICA DE ALTAMIRA: UMA ANÁLISE DOS BAIRROS QUE FICAVAM NO ENTORNO DO IGARAPÉ ALTAMIRA/PA

Elaborado por: Josué da Silva Barbosa

Trabalho de Conclusão apresentado à Faculdade de Geografia (FACGEO), do Campus Universitário de Altamira, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Apresentado em: ____/____/____

Banca Avaliadora:

Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto
(Orientador)

Prof. Dr. Wellington de Pinho Alvarez
(Avaliador interno)

Prof. Me. Darismar Silva Soares
(Avaliadora externa)

**Altamira-PA
2026**

GEOGRAFIA HISTÓRICA DE ALTAMIRA: UMA ANÁLISE DOS BAIRROS QUE FICAVAM NO ENTORNO DO IGARAPÉ ALTAMIRA/PA¹

Josué da Silva Barbosa²
josuebarbosa05wa@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a configuração socioespacial e histórica dos bairros localizados no entorno do Igarapé Altamira, no município de Altamira, Pará, destacando as transformações urbanas, ambientais e sociais ocorridas antes e após a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A pesquisa busca compreender como esses bairros se configuravam antes da obra, considerando suas características ribeirinhas, o padrão de crescimento urbano e as condições de infraestrutura, especialmente nas áreas mais vulneráveis. O estudo se fundamenta em pesquisa bibliográfica e documental, com ênfase nas contribuições de Milton Santos, Henri Lefebvre, David Harvey e Corrêa, que abordam a produção desigual do espaço urbano e as dinâmicas de urbanização e desterritorialização. Os resultados mostram que, antes da construção da usina, bairros como Açaizal, Tufi e a Rua do Ferro Velho possuíam forte identidade comunitária e uma relação íntima com o rio Xingu, mas foram desestruturados com a remoção compulsória das famílias para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs). Embora esses novos bairros oferecessem infraestrutura básica, não conseguiram preservar as redes sociais e a identidade territorial dos moradores, resultando em fragmentação social e impactos emocionais. Conclui-se que o processo de urbanização promovido pela hidrelétrica de Belo Monte intensificou desigualdades socioespaciais e apagou memórias e modos de vida históricos dessas comunidades.

Palavras-chave: Geografia histórica; Urbanização; Remoções urbanas; Belo Monte; Altamira-PA.

ABSTRACT

This article aims to analyze the socio-spatial and historical configuration of neighborhoods located around the Altamira Stream, in the municipality of Altamira, Pará, highlighting urban, environmental, and social transformations before and after the implementation of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant. The research seeks to understand how these neighborhoods were configured before the project, considering their riverside characteristics, urban growth patterns, and infrastructure conditions, especially in vulnerable areas. The study is based on bibliographic and documentary research, with contributions from Milton Santos, Henri Lefebvre, David Harvey, and Corrêa, addressing the unequal production of urban space and the dynamics of urbanization and territorial displacement. Results show that, prior to the construction of the dam, neighborhoods like Açaizal, Tufi, and the Rua do Ferro Velho had strong community identities and close relationships with the Xingu River, but were disrupted with the forced relocation of families to Collective Urban Resettlements (RUCs). While these

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia do Campos de Altamira como requisito parcial para obtenção da Licenciatura em Geografia, orientado pelo Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto

² Discente do curso de Geografia da FACGEO, Matrícula: 201702540031

new neighborhoods provided basic infrastructure, they failed to preserve social networks and territorial identity, leading to social fragmentation and emotional impacts. The article concludes that the urbanization process promoted by Belo Monte intensified socio-spatial inequalities and erased historical memories and ways of life from these communities.

Keywords: Historical Geography; Urbanization; Urban removals; Belo Monte; Altamira-PA.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a evolução da ocupação e a configuração socioespacial dos bairros localizados no entorno do Igarapé Altamira, na perspectiva da Geografia Histórica, destacando as transformações urbanas, ambientais e sociais ocorridas desde o seu surgimento até o período imediatamente anterior à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A cidade de Altamira foi palco de diversas transformações desde sua ocupação onde pode ser destacado a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte entre 2011 e 2019, que é um dos maiores e mais controversos projetos de infraestrutura do Brasil, que transformou profundamente a paisagem e a vida social de Altamira, no Pará. No entanto, para compreender a magnitude desses impactos, é essencial olhar para a geografia histórica da cidade, em especial para os bairros que se desenvolveram no entorno do Igarapé Altamira.

Antes da introdução da usina hidrelétrica, localidades como Açaizal, Tufi e a Rua do Ferro Velho, não eram apenas aglomerados urbanos; elas representavam um modo de vida intimamente ligado ao rio Xingu e seus afluentes. A vida nesses bairros era moldada pelo ciclo das águas, pela pesca e pela forte identidade comunitária. A chegada de Belo Monte, com a necessidade de inundação e realocação de famílias, apagou essa história, dismantando os bairros e substituindo uma Geografia de convivência com a natureza por uma paisagem urbana artificialmente reconfigurada. Esta análise busca contextualizar a vida social e a formação desses bairros para entender as perdas históricas e culturais que a cidade de Altamira sofreu em nome do progresso.

A problemática é como se configuravam os antigos bairros de Altamira, antes da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, considerando suas características ribeirinhas, o padrão de crescimento urbano e as condições de infraestrutura, especialmente nas áreas socialmente mais vulneráveis?

Antes da construção de Belo Monte, a configuração de diversos bairros atingidos pela obra apresentava os seguintes aspectos: proximidade com os igarapés. Muitas localidades, como a Invasão dos Padres e setores dos bairros Independente I e II, consolidaram-se nas margens

dos igarapés Altamira e Ambé. Esses espaços, historicamente sujeitos a inundações, passaram a ser ocupados de maneira precária sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990. Habitações vulneráveis: nessas zonas de risco e recorrente alagamento, predominavam palafitas e residências de construção simplificada, associadas à ausência de saneamento básico, à presença de resíduos a céu aberto e a frequentes problemas de contaminação ambiental.

Além disso, havia relações de vizinhança e sociabilidade mais próximas. As comunidades estabelecidas nessas áreas mantinham vínculos sociais marcados por intensa convivência cotidiana. A vida social era dinâmica, e a relação das comunidades com o espaço habitado produzia memórias, identidades e formas de representatividade no conjunto da cidade. A remoção posterior das famílias resultou na fragmentação dessas redes de sociabilidade.

Outra característica evidente era a precariedade infraestrutural constituía uma característica recorrente, expressa na falta de saneamento básico, como redes de esgoto e abastecimento de água, na presença de vias não pavimentadas e, em alguns casos, na iluminação pública insuficiente ou inexistente.

Dessa forma, após a construção de Belo Monte foram construídos os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), novos loteamentos com moradias padronizadas (casas de alvenaria com infraestrutura básica) para abrigar as famílias deslocadas. Esses novos bairros, embora apresentassem uma “melhoria de vida” aparente (saneamento, pavimentação), foram construídos distantes das áreas de origem, desfazendo as antigas relações de vizinhança e, por vezes, limitando o acesso a oportunidades e ao centro da cidade.

A proposta inicial da Norte Energia era manter a vizinhança intacta nos RUCs, proposta que não saiu da teoria, ou seja, não foi cumprida. Assim, algumas famílias enfrentaram problemas, incluindo os emocionais, principalmente, os idosos que ficaram depressivas por serem arrancados de forma brusca do seu ambiente. Para dar embasamento para o artigo, foram desenvolvidos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Analisar a configuração socioespacial e histórica dos bairros localizados às margens do Igarapé Altamira, destacando as transformações provocadas pelo processo de remoção urbana associado à implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Objetivos específicos:

- a) Descrever o processo histórico de formação e o padrão de ocupação dos bairros situados no entorno do Igarapé Altamira, evidenciando suas características ribeirinhas e as condições de infraestrutura existentes antes da construção de Belo Monte.

- b) Caracterizar a relação histórica da população residente com o Igarapé Altamira, considerando-o como elemento central da dinâmica social, econômica e da organização espacial desses bairros, bem como seu significado geográfico e social para o conjunto da cidade de Altamira.

A metodologia está dividida em duas partes onde inicia com o levantamento histórico da formação e suas formas de vida como era a convivência naquele ambiente seguindo com a desterritorialização do espaço de forma compulsória onde a única opção dada para essas famílias era saírem do local.

Como referencial teórico, este artigo fundamenta-se nos aportes da Geografia Histórica e da Geografia Urbana, mobilizando autores que contribuem para a compreensão das transformações socioespaciais ao longo do tempo. Destacam-se as contribuições de Milton Santos (1985; 1996; 2002), especialmente no que se refere à indissociabilidade entre espaço e tempo, à noção de paisagem como acumulação de tempos e à leitura crítica da urbanização no contexto do capitalismo.

Dialoga-se também com Henri Lefebvre (1968), a partir da compreensão da produção do espaço e da crítica à supremacia do valor de troca sobre o valor de uso na cidade, bem como com David Harvey (2005), que analisa a urbanização como estratégia de acumulação de capital e seus efeitos na intensificação das desigualdades socioespaciais.

Complementam esse arcabouço teórico as reflexões de Corrêa (1989) acerca dos agentes produtores do espaço urbano e da organização desigual das cidades capitalistas, além das contribuições da Geografia Histórica Urbana, representadas por Maia (2019) e Norton (1984), que auxiliam na leitura da cidade enquanto construção histórica marcada por permanências, rupturas e conflitos. Esses referenciais permitem interpretar criticamente a formação e a desterritorialização dos bairros de Altamira situados no entorno do Igarapé Altamira, no contexto das transformações associadas à implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

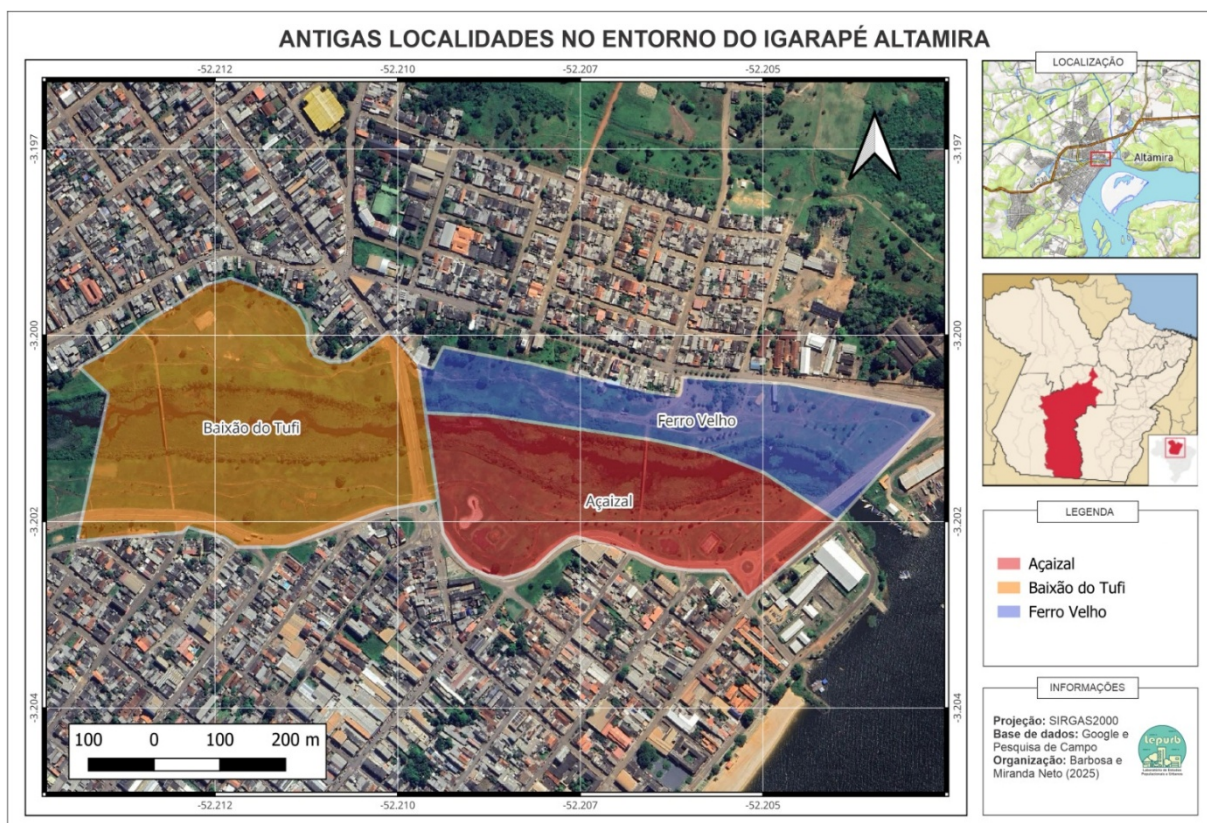
O material e método é baseado em Pesquisa bibliográfica, documental a partir da leitura de artigos, dissertação e tese. Conforme designer da pesquisa:

TÍTULO DA PESQUISA			
Geografia histórica de Altamira: Uma análise das antigas localidades do Igarapé Altamira			
1º PASSO	2º PASSO	3º PASSO	4º PASSO
<p>OBJETO DE ESTUDO</p> <p>Fazer uma leitura da cidade pela perspectiva da geografia história</p>	<p>OBJETIVO GERAL</p> <p>Fazer a leitura histórica analisando a configuração socioespacial e histórica dos bairros localizados as margens do igarapé Altamira, destacando as remoções provocadas pelo processo de remoção urbana para implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.</p>	<p>MET. PESQUISA</p> <p>Geografia humanista</p>	<p>HIPÓTESE E RESULTADOS</p> <p>Documentação da memória local e crítica ao modelo de planejamento urbano adotado.</p>
<p>DELIMITAÇÃO DO OBJETO</p> <p>Perímetro urbano do igarapé Altamira</p>	<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p> <p>Descrever o processo histórico de formação e o padrão de ocupação dos bairros situados no entorno do igarapé Altamira, evidenciando suas características e as condições de infraestrutura existentes antes da construção da Usina Hidrelétrica de belo monte.</p> <p>Caracterizar a relação histórica da população residente com o igarapé Altamira considerando como elementos central da dinâmica social, economia e organização espacial desses bairros, bem como seu significado geográfico e social para conjunto da cidade de Altamira.</p>	<p>MET. INVESTIGAÇÃO OU DE PESQUISA</p> <p>Entrevista semi-estruturada</p> <p>Análise documental</p>	<p>HIPÓTESE</p> <p>A melhoria habitacional não compensou a perda de mobilidade e segregação socioespacial.</p>
<p>QUESTÃO DA PROBLEMÁTICA</p> <p>Os desafios nas remoções e extinção das antigas localidades por Belo Monte.</p>			

Para a realização deste estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa, utilizando o método da Geografia Humanista, que valoriza a experiência dos sujeitos no espaço. O instrumento de coleta de dados será a entrevista semiestruturada, aplicada aos moradores remanejados para o RUCs. Além disso, será utilizada a observação participante e a análise documental dos processos de reassentamento em Altamira."

O Igarapé Altamira historicamente delimitou e cortou o núcleo urbano original da cidade. Por décadas, seu perímetro foi caracterizado por uma ocupação densa, marcada por palafitas e construções em áreas de baixada, onde a população de baixa renda buscava proximidade com o centro comercial e os serviços públicos. A área de estudo, perímetro urbano do Igarapé Altamira como mostrado na Figura 1.

Figura 1: Igarapé Altamira



Fonte: Barbosa e Miranda Neto (2025)

O mapa apresenta a localização das antigas localidades situadas no entorno do igarapé Altamira, no perímetro urbano de Altamira PA. O mapa evidencia áreas historicamente ocupadas por populações de baixa renda, caracterizadas pela proximidade com o igarapé e pela vulnerabilidade socioambiental. Essas localidades desempenharam papel central na formação socioespacial da cidade e foram diretamente afetadas pelos processos de remoção urbana associados à implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

O Igarapé Altamira é um dos três igarapés que cortam a área urbana da cidade de Altamira, no Pará, junto com os igarapés Ambé e Panelas. Localizado na região do médio Xingu, ele tem grande importância histórica e ambiental para o município. O igarapé faz parte da bacia hidrográfica do rio Xingu e, historicamente, a cidade de Altamira se desenvolveu em torno da sua dinâmica e dos outros dois igarapés. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a paisagem do Igarapé Altamira e da cidade sofreu grandes transformações.

Além de sua relevância histórica, o igarapé constitui um importante objeto de estudos ambientais. Sua bacia hidrográfica passou a ser monitorada no período pós-intervenção, a partir de 2011/2012, quando ocorreram as remoções urbanas associadas à implantação da Usina

Hidrelétrica de Belo Monte. O monitoramento, bem como a execução das ações de reconfiguração urbana, incluindo a implantação dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) e as obras de saneamento e macrodrenagem, ficou sob responsabilidade do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) e, principalmente, da empresa Norte Energia S.A. (NESA), responsável pelo cumprimento das condicionantes socioambientais do empreendimento.

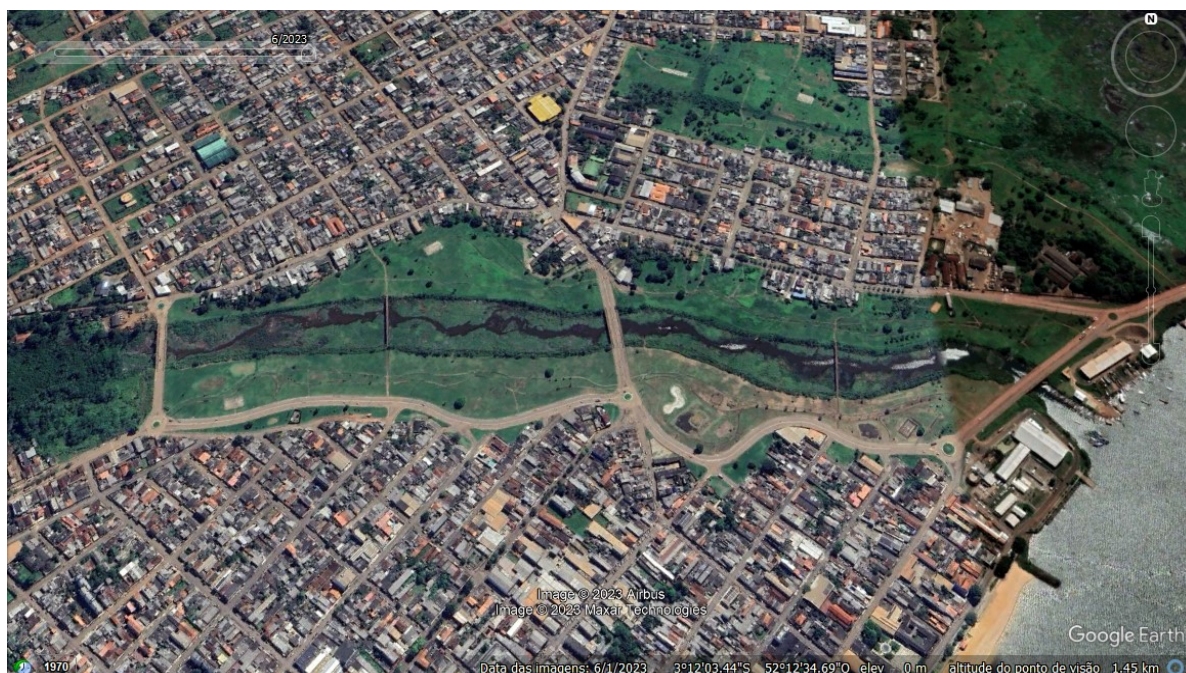
Esses estudos passaram a avaliar a degradação ambiental e as transformações decorrentes da ocupação urbana e das atividades agropecuárias na bacia do Igarapé. Nesse contexto, o saneamento básico e a qualidade da água tornaram-se temas recorrentes de debate e investigação científica, buscando compreender os impactos da urbanização acelerada e das obras de infraestrutura na região.

É importante notar que, embora os Igarapés de Altamira tenham sido, em um passado não tão distante, locais de vida ribeirinha, a instalação da usina hidrelétrica resultou na remoção de moradores e na reestruturação do espaço urbano, o que afetou profundamente a relação da população com esses corpos d'água.

A área do Igarapé Altamira foi transformada em um parque urbano. Essa mudança faz parte das ações de mitigação de impactos ambientais e sociais da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A construção do Parque Urbano do Igarapé Altamira, (Figura 02), foi proposta para recuperar a área, que estava em situação de degradação devido à ocupação irregular e ao lançamento de esgoto. O projeto incluiu a remoção de milhares de famílias que moravam em palafitas, a requalificação urbana das margens e a construção de infraestrutura de lazer.

No entanto, essa transformação é um tema de debate. Alguns estudos e análises críticas apontam que o parque, embora tenha mudado a paisagem, não foi totalmente assimilado pela população, tornando-se mais um "espaço de passagem". Além disso, as alterações na topografia do Igarapé e a realocação das famílias geraram discussões sobre os impactos sociais e a forma como esses projetos são implementados na Amazônia.

Figura 2: Parque Urbano do Igarapé Altamira



Fonte: Google Earth

É importante ressaltar que a criação do parque foi uma das ações previstas para a mitigação dos impactos da usina, mas a qualidade da água do igarapé ainda é monitorada e motivo de preocupação, com relatórios que apontam desconformidades em seus parâmetros, mesmo após as intervenções.

2. A LEITURA DA CIDADE PELA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA HISTÓRICA

Os estudos em Geografia Histórica consideram a união entre espaço e tempo. Santos (1985; 1996) afirma haver não apenas uma ligação entre espaço e tempo, mas que, principalmente após a teoria da Relatividade de Einstein, as duas instâncias sociais (espaço e tempo) estão imbricadas, como duas faces da mesma moeda. Assim, para o estudo do espaço geográfico se faz mister a compreensão do tempo, não apenas como sucessão de eventos, mas principalmente como simultaneidade (Santos, 1996).

A Geografia histórica é o termo com o qual se define o conjunto de estudos voltados para a reconstrução de paisagens geográficas de momentos anteriores. Esta área de estudos envolve a reconstrução de fenômenos e processos centrais para a compreensão geográfica das atividades humanas levando em conta a ocupação civilizatória, o respectivo ambiente por esta construído, aplicação dos recursos naturais locais, tudo isto medido pela gama de conhecimentos geográficos aplicados ao estudo.

De acordo com o pensamento do geógrafo (Santos,1996) a Geografia histórica deve se dedicar ao processo histórico de modernização dos lugares provocados pela difusão dos objetos modernizadores, isto é, dos objetos técnicos.

A Geografia histórica ganhou importância por meio dos estudos de geógrafos humanos, sobretudo britânicos e americanos que em seus estudos insistiam em manter conceitos considerados como pertencentes à área da História, "fundando" de certa maneira a área da Geografia histórica.

A difícil aceitação da Geografia Histórica explica-se em boa parte pela gama de conhecimentos "emprestados" de outras matérias, como por exemplo Economia, Cultura, Sociologia e Ecologia, acessórias, porém ferramentas fundamentais na concepção do raciocínio histórico-geográfico como hoje se reconhece. Essa interdisciplinaridade é crucial, pois a disciplina busca apreender a longa duração das estruturas espaciais e a dinâmica social que as transforma, abordagem valorizada por autores como Braudel e implicitamente presente na análise das interações sociedade-meio (Sternberg, 1963). Temos então, que, o processo de criação de paisagens em determinada área vem acompanhado da manifestação material de um período histórico em particular. Nessa perspectiva, a paisagem é o resultado da acumulação de tempos (Santos, 1996), sendo a expressão visível das ações e das técnicas de um dado momento, que por sua vez terá que ser moldado a um determinado macro contexto, ou seja, uma realidade global dinâmica.

A difícil aceitação da Geografia histórica explica-se em boa parte pela gama de conhecimentos "emprestado" de outras matérias, como por exemplo economia, cultura, sociologia, ecologia e outras, acessórias, porém ferramentas fundamentais na concepção do raciocínio histórico-geográfico como hoje se reconhece. Temos então, que, o processo de criação de paisagens em determinada área vem acompanhado da manifestação material de um período histórico em particular, que por sua vez terá que ser moldado a um determinado macro contexto, ou seja, uma realidade global dinâmica.

A Geografia histórica fornecerá subsídios técnicos e conceituais relacionados às áreas da pesquisa de documentos históricos, com relevância especial a material de arquivos e coleções de mapas; registros territoriais, e demais assuntos relacionados a limites; nomes de regiões e localidades; dados estatísticos e verificação de fontes literárias.

A Geografia Histórica é um componente espacial que inclui a relação com o capitalismo para entender as ocupações e explorações das populações que estão presente nos espaços de ampliação e controle das grandes empresas construtoras que visam dominar novos lugares em

busca de dominação para inserir grandes objetos, principalmente na Amazônia. Neste caso, destaca-se especificamente as hidroelétricas e suas atuações nos rios da Amazonia brasileira.

A História muito tem a ganhar quando considera a natureza e as técnicas na perspectiva da Geografia. Na verdade, há muito vem fazendo isso, pois entende que seu objeto é o todo da experiência humana (Novais, 2002). Coube aos historiadores recuperar a dimensão da técnica, da cultura e do ambiente como fatores importantes nos rumos e nas formas das sociedades humanas.

A leitura da cidade pela perspectiva da Geografia histórica é uma abordagem que busca compreender o espaço urbano não apenas como ele se apresenta hoje, mas como resultado de um processo contínuo de transformações ao longo do tempo. Essa perspectiva nos permite ver a cidade como um palimpsesto³, onde as marcas do passado se sobrepõem às configurações atuais, influenciando o presente.

Essa metáfora do palimpsesto é central no pensamento de Santos para explicar a natureza da paisagem, que é o registro visível das sucessivas camadas de tempo e história em um determinado lugar. Isso na obra "A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, razão e Emoção (Santos, 1996).

A geografia histórica urbana tem os pilares principais que são: A cidade como construção social: A geografia histórica rejeita a ideia de que a cidade é um mero arranjo físico. Ela a enxerga como uma construção social, moldada por decisões políticas, econômicas, culturais e tecnológicas de diferentes épocas.

O papel dos agentes transformadores, segundo Corrêa (1989) traz uma importante dimensão para a análise da cidade. Essa abordagem identifica os agentes que historicamente influenciaram a forma e o uso do espaço urbano. O Estado, por meio de políticas de saneamento, transporte e habitação; o capital privado, com o mercado imobiliário e a especulação; e a sociedade civil, através de movimentos sociais e lutas por moradia, são alguns dos atores que deixaram suas marcas na cidade. A permanência e a mudança: A geografia histórica busca entender o que permanece e o que muda na paisagem urbana. Estruturas antigas, como ferrovias, casarões ou antigas fábricas, podem ser ressignificadas e transformadas em novos usos (como

³Se a paisagem é um palimpsesto, o trabalho do geógrafo é o de um decifrador. Ele olha para o presente e consegue ler as "camadas" de tempo que foram escritas ali. "A paisagem é um palimpsesto onde, mediante raspagens e sucessivas reconstruções, as formas de tempos diferentes se sobrepõem, permitindo ler nela a história do trabalho humano." (Adaptação livre do conceito em *A Natureza do Espaço*).

centros culturais ou áreas de lazer), mas sua forma e localização original ainda contam uma história. Ao mesmo tempo, a dinâmica de crescimento e de declínio de áreas urbanas revela a fragilidade de certas configurações frente a novas lógicas econômicas e sociais.

Norton (1984) destaca três perspectivas gerais na Geografia Histórica: o estudo do passado, o estudo das mudanças ao longo do tempo e o estudo do passado presente. De forma geral, podemos fazer uma correspondência com os estudos diacrônicos e sincrônicos.

De acordo com Corrêa (1989, p 6). As cidades capitalistas são organizadas e construídas de diferentes formas de uso da terra, uma vez que o uso define essas áreas classificando-as como, centro da cidade, local de lazer e as áreas que estão reservadas para a expansão da cidade. Visto que o espaço das cidades capitalistas é organizado de forma desigual, onde as formas de uso da terra são determinadas, segundo Corrêa (1989, p. 11) por agentes que produzem e consomem o espaço urbano.

Desigualdade e exclusão como processo histórico: Um dos aspectos mais importantes da geografia histórica é sua capacidade de revelar como a desigualdade e a exclusão social não são acidentais, mas sim o resultado de processos históricos. A segregação espacial, por exemplo, muitas vezes é uma herança de políticas de habitação do passado, que concentravam a população de baixa renda em áreas periféricas e sem infraestrutura.

3. GEOGRAFIA HISTÓRICA E URBANIZAÇÃO

A geografia histórica nos ensina a ler a cidade como um palimpsesto, ou seja, um pergaminho onde um texto é apagado para dar lugar a outro, mas as marcas do anterior ainda são visíveis. Antigos traçados de ruas, casarões históricos e mesmo a localização de favelas e bairros periféricos contam a história de conflitos por terra, de migrações e de diferentes lógicas de ocupação.

A Geografia Histórica e a urbanização são conceitos intrinsecamente ligados. A urbanização não é apenas um processo de crescimento de cidades em termos de população e área, mas um fenômeno social e espacial profundamente enraizado na história. A geografia histórica nos permite entender como e por que as cidades se desenvolveram de certas maneiras, revelando as camadas do passado que moldam a configuração atual do espaço urbano.

A Geografia Histórica e a urbanização são conceitos intrinsecamente ligados. A urbanização não é apenas um processo de crescimento de cidades em termos de população e área, mas um fenômeno social e espacial profundamente enraizado na história.

A Geografia histórica nos permite entender como e por que as cidades se desenvolveram de certas maneiras, revelando as camadas do passado que moldam a configuração atual do espaço urbano. Ao longo do tempo, a história molda a cidade, tornando-a o registro visível da evolução social e técnica (Santos, 1996).

Mumford (1961) reforça essa ideia ao conceber a cidade não só como uma estrutura física, mas como a principal forma de expressão da civilização humana, onde se acumulam a memória e as instituições de uma sociedade, demonstrando que a configuração espacial urbana é, em sua essência, um produto histórico.

A urbanização, a partir da perspectiva da geografia histórica, não é um processo uniforme. Pelo contrário, ela é o resultado de uma série de eventos, decisões e conflitos que se desenrolam ao longo do tempo. Dessa forma, ciclos econômicos como a construção da hidrelétrica de Belo Monte foi um fator que impulsionou o crescimento de deferentes formas em distintas épocas deixando suas marcas no planejamento e na distribuição do espaço amazônico.

As Políticas públicas e planejamento de habitação, transporte e saneamento, por mais que pareçam atuais, têm raízes históricas profundas. Decisões tomadas no passado sobre onde construir ferrovias, avenidas ou bairros residenciais influenciaram a forma como as cidades se expandem, criando áreas de privilégio e de exclusão que persistem até hoje.

Desigualdade urbana como herança histórica é um dos maiores atributos da geografia histórica para o estudo da urbanização é a compreensão de que a desigualdade social e a segregação espacial não são acidentais. Elas são, na verdade, uma herança de processos históricos. Em muitas cidades brasileiras, por exemplo, a população de baixa renda foi historicamente empurrada para as periferias, áreas de risco ou "baixões" (áreas de inundação APPS), enquanto as elites ocupavam as áreas mais valorizadas e centrais.

Essas configurações espaciais, resultado de lógicas econômicas e políticas do passado, continuam a influenciar a vida das pessoas no presente, limitando o acesso a serviços, empregos e oportunidades para as populações marginalizadas. A urbanização, portanto, não pode ser compreendida em sua totalidade sem uma análise de seu contexto histórico, que nos mostra como o passado se materializa na forma e na dinâmica das cidades de hoje.

O termo "geografia histórica" veio a ser cada vez mais identificado como uma abordagem na qual os dados são históricos, mas o método é geográfico. De acordo com esta visão, o propósito do geógrafo histórico é o de reconstruir a geografia de tempos passados. Enquanto a própria geografia recorta o tempo no período presente, a geografia histórica o faz em algum período precedente.

Se na História e no urbanismo os trabalhos sobre a história da cidade, do espaço urbano e da urbanização integram há muito tempo o *métier* dos profissionais, na Geografia brasileira, a história da cidade normalmente compõe um capítulo inicial de um trabalho, uma narrativa simplificada da história do espaço escolhido para a pesquisa, na maioria das vezes na perspectiva evolucionista. A evolução urbana deve ser estudada sob seus diferentes aspectos, mas sempre do ponto de vista geográfico.

A urbanização é um fenômeno que existe desde o período neolítico, quando cidades surgiram a mais de seis mil anos. Elas foram chamadas civilizações hidráulicas e nasceram pelos leitos dos rios Tigres, Eufrates, Nilo e Indo, nas regiões do Egito, China, Índia, sem falar da urbanização na Grécia e em Roma.

Durante a Idade Média, com o Feudalismo, as cidades perderam força devido ao foco do sistema feudal nas atividades rurais. As cidades ainda existiam, mas desempenhavam um papel secundário na economia. A Urbanização é um fenômeno que está ligado ao crescimento populacional e territorial das cidades. Ele é fruto do crescimento vegetativo natural das próprias cidades. Como aponta Sposito (1988, p. 26), a cidade medieval tinha um papel secundário no sistema feudal, funcionando muitas vezes apenas como ponto fortificado. No entanto, a urbanização moderna, conforme discute Lefebvre (2004), ultrapassa o simples crescimento populacional natural, sendo um processo de transformação social impulsionado pela industrialização e pelo êxodo rural.

4. TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE: EXCLUSÃO E DESIGUALDADE SOCIAL

As cidades, centros de efervescência cultural, econômica e social, são palco de constantes transformações. No entanto, esse processo nem sempre é equitativo e, frequentemente, resulta em exclusão e desigualdade social. A lógica do mercado imobiliário, as políticas públicas e o avanço tecnológico são alguns dos motores que moldam o espaço urbano, criando territórios de privilégio ao mesmo tempo em que marginalizam populações.

As cidades, centros de efervescência cultural, econômica e social, são palco de constantes transformações. No entanto, esse processo nem sempre é equitativo e, frequentemente, resulta em exclusão e desigualdade social. A lógica do mercado imobiliário, as políticas públicas e o avanço tecnológico são alguns dos motores que moldam o espaço urbano, criando territórios de privilégio ao mesmo tempo em que marginalizam populações.

Essa dinâmica é explicada por Lefebvre (1968), que critica a dominação do valor de troca sobre o valor de uso na produção do espaço, lançando as bases para o conceito de "Direito

à Cidade" como uma luta pela apropriação plena do meio urbano. Adicionalmente, Harvey (2005) complementa essa análise ao demonstrar que a urbanização, sob o capitalismo, é um mecanismo crucial para a acumulação de capital, gerando processos como a gentrificação, que explicitam a criação de desigualdade através da reestruturação espacial.

O crescimento desigual e a segregação espacial são manifestações mais visíveis da desigualdade social nas cidades é a segregação espacial. Onde a cidade se expande, muitas vezes as áreas de maior valorização se concentram em bairros centrais ou em condomínios de luxo, enquanto a população de baixa renda é empurrada para a periferia. Nesses locais, a infraestrutura costuma ser precária, com falta de saneamento básico, transporte público deficiente, acesso limitado a serviços de saúde e educação de qualidade e poucas oportunidades de emprego.

A gentrificação é outro fenômeno que exemplifica essa dinâmica. Bairros antigos e de baixo custo, frequentemente ocupados por famílias de baixa renda, passam por um processo de revitalização. Obras de melhoria, novas lojas e restaurantes atraem uma população de maior poder aquisitivo. Como resultado, o aluguel e o custo de vida aumentam, forçando os moradores originais a se mudarem para outras áreas da cidade, muitas vezes mais distantes e com menos recursos.

A falta de acesso e aprofundamento da desigualdade urbana não se limita apenas à moradia. Ela se manifesta na falta de acesso a direitos básicos. O direito à cidade, um conceito que defende o acesso de todos os cidadãos aos recursos e serviços urbanos é negado a uma grande parcela da população. A falta de áreas de lazer, a escassez de espaços verdes e a insegurança nos bairros mais pobres contrastam com a abundância de recursos e a segurança das áreas nobres.

A tecnologia, embora tenha o potencial de democratizar o acesso à informação e aos serviços, pode aprofundar as desigualdades. A falta de acesso à internet de alta velocidade e a dispositivos eletrônicos em áreas mais pobres cria uma exclusão digital, limitando o acesso a empregos, educação e serviços governamentais que se tornam cada vez mais digitais.

Os Caminhos para a mudança podem combater a exclusão e a desigualdade nas cidades que exige uma abordagem multifacetada. É fundamental que as políticas públicas priorizem a inclusão e o bem-estar de todas as populações. Isso inclui investimentos em habitação social de qualidade, melhoria do transporte público, expansão do saneamento básico e criação de espaços públicos acessíveis e seguros em todas as regiões da cidade.

5. O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA OCUPAÇÃO EM ALTAMIRA

A história da ocupação de Altamira é um complexo processo que se intensificou no século XX, marcado por ciclos econômicos e projetos de desenvolvimento que transformaram a região. A cidade, que era um pequeno núcleo urbano ribeirinho, tornou-se um importante polo regional, e seu crescimento foi impulsionado por diferentes fases.

Altamira foi fundada em 1911, mas por décadas permaneceu como uma pequena comunidade à beira do rio Xingu. A economia local era baseada na extração da borracha e, posteriormente, da castanha-do-Pará. No entanto, o verdadeiro salto na ocupação ocorreu na década de 1970, com a abertura da rodovia Transamazônica (BR-230), um dos projetos de integração nacional da Ditadura Militar.

O objetivo era ligar a Amazônia ao resto do país e, com isso, incentivar a colonização da região. O governo incentivou a migração de famílias do Sul e do Sudeste para a Amazônia, oferecendo lotes de terra. Altamira se tornou um dos principais centros desse fluxo migratório, atraindo colonos, trabalhadores rurais e especuladores de terras. Essa nova população se instalou em áreas de mata, dando início a uma expansão desordenada e, muitas vezes, em conflito com as populações indígenas e tradicionais.

A chegada do capital e os grandes projetos, a partir dos anos 1980, a região de Altamira começou a atrair o interesse de grandes empresas e projetos de infraestrutura. O planejamento de grandes empreendimentos na bacia do Xingu, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, trouxe novas ondas de migrantes em busca de trabalho. A construção da usina, iniciada nos anos 2010, acelerou o crescimento populacional, mas de forma caótica.

O Projeto Belo Monte refere-se à construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, um dos maiores e mais controversos empreendimentos de infraestrutura do Brasil, localizado no rio Xingu, próximo ao município de Altamira, no estado do Pará.

A ideia de construir uma usina hidrelétrica na região do Xingu remonta à década de 1970, durante a Ditadura Militar, mas o projeto só saiu do papel anos depois, dentro do contexto de crescimento econômico e da necessidade de expandir a matriz energética do país.

A justificativa principal era a de que a usina seria fundamental para garantir a segurança energética do Brasil, fornecendo energia elétrica para grandes centros urbanos e indústrias, além de contribuir para o desenvolvimento da Amazônia.

O projeto foi leiloado em 2010 e, apesar de ser defendido como uma fonte de energia limpa e renovável, enfrentou intensa oposição. As críticas vinham de movimentos sociais,

organizações não governamentais, ambientalistas e, principalmente, de populações indígenas e ribeirinhas, que seriam diretamente afetadas pela obra.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é um complexo de geração de energia que inclui barragens, reservatórios, canais de desvio e casas de força. É a terceira maior usina hidrelétrica do mundo em capacidade instalada, atrás apenas de Três Gargantas (China) e Itaipu (Brasil/Paraguai).

Uma das principais características do projeto é o sistema de "fio d'água", que minimiza a área alagada em comparação com outros modelos de usinas hidrelétricas, embora o impacto ambiental e social ainda seja considerado enorme. Para a construção, foi necessário desviar parte do fluxo do rio Xingu para os reservatórios da usina, o que causou o secamento de um trecho de aproximadamente 100 km, conhecido como Volta Grande do Xingu.

A construção de Belo Monte gerou uma série de impactos negativos como: Os impactos sociais da obra que provocou o deslocamento forçado de milhares de famílias que moravam na beira do rio, em Altamira, e de comunidades indígenas e ribeirinhas. Essas populações foram realocadas para novos bairros e reassentamentos urbanos, o que desestruturou suas vidas, cultura e modo de subsistência, baseado na pesca e na agricultura. A chegada massiva de trabalhadores para a construção causou um inchaço populacional desordenado em Altamira, sobrecarregando a infraestrutura da cidade.

E os impactos ambientais que altera o fluxo do rio Xingu afetando o ecossistema local, com a diminuição da fauna aquática, a degradação da biodiversidade e a perda de fontes de proteína para as populações que dependiam da pesca. Além disso, o desmatamento para a construção do canteiro de obras e das linhas de transmissão contribuiu para o avanço da devastação na Amazônia.

O Projeto Belo Monte se tornou um símbolo do debate entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental e social no Brasil. Ele levanta questionamentos sobre a validade de grandes projetos de infraestrutura que causam danos irreversíveis a ecossistemas e a comunidades tradicionais.

A chegada de milhares de trabalhadores temporários e a alta demanda por serviços e moradia causaram um grande impacto. O custo de vida subiu, a infraestrutura local ficou sobrecarregada e os bairros periféricos cresceram.

A construção de Belo Monte alterou profundamente o tecido social de Altamira. As áreas próximas ao rio Xingu, habitadas por populações ribeirinhas, foram inundadas e seus moradores, removidos compulsoriamente. A população foi realocada em novos bairros, os

Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), o que desestruturou as redes de vizinhança e os laços comunitários.

Essas transformações resultaram em um cenário de desigualdade social crescente. Enquanto alguns se beneficiaram com a especulação imobiliária e os empregos temporários, muitos moradores tradicionais e as populações migrantes mais pobres foram marginalizados. Hoje, a história de Altamira é a história de uma cidade que cresceu de forma acelerada e desordenada, pagando um alto preço social e ambiental por grandes projetos de desenvolvimento.

As remoções urbanas em Altamira, decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, foram um processo complexo e, para muitos, traumático, que reconfigurou a cidade e a vida de milhares de famílias. A necessidade de alagamento para a formação dos reservatórios da usina e a construção de infraestrutura auxiliar exigiu a realocação compulsória de moradores que viviam em áreas próximas ao rio Xingu.

O processo de remoção foi conduzido pela Norte Energia, a empresa responsável pelo empreendimento, principalmente entre os anos de 2014 e 2015. A justificativa era de que a realocação era necessária para a segurança e o desenvolvimento da obra, além de oferecer melhores condições de moradia para as famílias de baixa renda que viviam em áreas de risco, em casas de palafitas ou em construções precárias.

A remoção causou o desmembramento de comunidades inteiras. Bairros tradicionais, com forte identidade cultural e laços de vizinhança, foram demolidos para dar lugar aos novos projetos urbanos e à inundação. A cidade, que antes se desenvolvia de forma mais orgânica ao longo do rio, foi artificialmente "remodelada", com a população sendo transferida para novas áreas, distantes do centro e do seu antigo modo de vida.

Os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) foram a solução de moradia proposta pela empresa para as famílias removidas. Em vez de indenizações em dinheiro, as famílias receberam novas casas, geralmente em loteamentos construídos na periferia de Altamira.

Os RUCs foram projetados como bairros com infraestrutura básica, como ruas pavimentadas, saneamento, e novas moradias de alvenaria, em contraste com as moradias precárias das áreas alagadas. No entanto, na prática, essa mudança gerou uma série de novos problemas como: isolamento social e geográfico: A distância dos RUCs em relação ao centro da cidade e aos antigos bairros rompeu laços sociais e comunitários. Muitos moradores perderam a proximidade com familiares e amigos e o acesso a serviços essenciais como postos de saúde, escolas e locais de trabalho.

Perda de identidade e de modo de vida: Os bairros removidos eram formados por ribeirinhos, pescadores e pequenos agricultores, cuja vida e subsistência estavam intrinsecamente ligadas ao rio. Ao serem transferidos para os RUCs, eles perderam essa conexão e seu modo de vida tradicional.

O contexto de separação da população em relação ao rio e suas perdas decorrentes, uma vez que alguns moradores viviam da pesca e uma proximidade maior com seu local de trabalho no centro da cidade realizavam atividades de pequenos comércios em suas residências e foram removidos de forma compulsória. (TRINDADE JÚNIOR, p.48, 1998)

Aumento da desigualdade e da violência: A mudança desordenada de milhares de pessoas para a periferia, sem uma infraestrutura social adequada para absorver essa nova demanda, contribuiu para o aumento da violência e do desemprego. Muitos dos que se mudaram para os RUCs se sentiram abandonados e frustrados com a nova realidade.

6. A GEOGRAFIA HISTÓRICA DAS LOCALIDADES ATINGIDAS POR BELO MONTE

As remoções urbanas em Altamira representam um caso emblemático das profundas transformações e impactos sociais causados por grandes projetos de infraestrutura, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A construção da usina resultou no deslocamento compulsório de milhares de famílias, alterando drasticamente o tecido social e a geografia da cidade.

Com o projeto Belo Monte e a reestruturação urbana para a construção da hidrelétrica, foi necessário realocar uma grande parcela da população que vivia em áreas próximas ao Rio Xingu, nas chamadas Áreas Diretamente Afetadas (ADA). Entre 2014 e 2015, a Norte Energia, empresa responsável pela obra, removeu cerca de 6 mil famílias, demolindo mais de 7 mil edificações.

O projeto Belo Monte promoveu a reestruturação urbana para a construção da hidrelétrica exigiram a realocação de uma grande parcela da população que vivia em áreas próximas ao Rio Xingu, nas chamadas Áreas Diretamente Afetadas (ADA). Entre 2014 e 2015, a Norte Energia, empresa responsável pela obra, removeu cerca de 6 mil famílias, demolindo mais de 7 mil edificações. Essa intervenção massiva no tecido urbano, que desterritorializou as comunidades ribeirinhas, é amplamente documentada por estudos acadêmicos que criticam a

forma como as condicionantes foram implementadas (Miranda Neto, 2018; Sampaio et al., 2015).

Muitas dessas famílias, principalmente as de baixa renda, que habitavam os bairros mais antigos e próximos ao rio, foram transferidas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs). Esses novos loteamentos, embora oferecessem casas de alvenaria e infraestrutura básica, como saneamento, não conseguiram replicar a vida social e comunitária das localidades extintas.

A extinção de antigas localidades e seus impactos, com realocação forçada teve um impacto social devastador. Bairros tradicionais, com suas redes de vizinhança e vínculos comunitários, foram desfeitos. Os moradores, antes ribeirinhos, pescadores e agricultores, perderam seu modo de vida, sua fonte de renda e sua relação ancestral com o rio Xingu.

Os RUCs, construídos em locais distantes do centro da cidade, fragmentaram a dinâmica urbana e social. A distância dos antigos bairros dificultou o acesso ao trabalho, à educação e ao lazer, e o convívio com vizinhos, amigos e familiares foi desfeito. O que a princípio foi vendido como “melhoria de vida” muitas vezes se traduziu em isolamento, desemprego, violência e abandono. Algumas famílias, inclusive, venderam suas casas nos RUCs ou as abandonaram, mostrando que a nova residência, por si só, não é suficiente para solucionar as condições de pobreza.

Essas remoções urbanas demonstram como o "desenvolvimento" de grandes projetos pode ser destrutivo para as comunidades locais, extinguindo não apenas localidades físicas, mas também a história, a cultura e a identidade de um povo. O caso de Altamira é um alerta sobre a necessidade urgente de se repensar o planejamento de mega infraestruturas, com maior participação da sociedade civil e uma avaliação mais profunda dos impactos sociais e culturais a longo prazo.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, um dos maiores empreendimentos de infraestrutura do Brasil, teve um impacto profundo na geografia histórica das localidades em seu entorno. O projeto não apenas alterou a paisagem física, mas desestruturou a vida e a identidade de bairros que mantinham uma relação ancestral com o rio Xingu.

Antes da chegada da hidrelétrica, a geografia de Altamira e dos bairros era intrinsecamente ligada ao rio Xingu e seus afluentes, como os igarapés Altamira, Ambé e Panelas. Nesses bairros, o ritmo de vida era ditado pelo ciclo das águas, com a cheia e a seca influenciando a pesca e o transporte.

Os moradores viviam em casas de palafitas ou em moradias simples nas margens do rio, dependendo dos recursos hídricos para sua subsistência e para suas atividades sociais e culturais.

A pesca, a extração de areia e o lazer eram partes integrantes da vida diária, e os laços de vizinhança eram fortes, baseados na colaboração e na proximidade com o rio.

A construção de Belo Monte alterou essa geografia histórica de forma radical. A necessidade de formar o reservatório da usina resultou na inundação de grandes áreas e no desvio de um trecho de aproximadamente 100 km do rio, conhecido como a Volta Grande do Xingu. Esse processo transformou a paisagem, degradando a biodiversidade local e desestabilizando o ecossistema.

Os bairros que ocupavam essas áreas foram desapropriados e removidos compulsoriamente. Bairros tradicionais foram demolidos, e a população foi transferida para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), loteamentos construídos na periferia da cidade. Essa mudança não foi apenas geográfica, mas também social: Desterritorialização: As famílias perderam sua conexão com o território onde viviam, um espaço rico em história e significado. O rio, que era "o pai e a mãe" para muitos, foi substituído por uma nova paisagem urbana.

Isolamento social: Os RUCs, por serem distantes do centro da cidade e dos antigos vizinhos, fragmentaram as redes de solidariedade e os laços comunitários que antes existiam.

Mudança no modo de vida: Ao serem realocadas, as populações perderam a possibilidade de continuar com suas atividades tradicionais, como a pesca e a agricultura de subsistência, o que gerou desemprego, marginalização e uma ruptura cultural.

A geografia histórica dos bairros atingidas por Belo Monte, marcada por uma relação simbiótica com o rio, foi apagada para dar lugar a um novo modelo de desenvolvimento que priorizou a produção de energia em detrimento da vida e da história de suas populações.

6.1. Histórico de Formação do Bairro Tufi

O Bairro Tufi (Figura 3), como muitos outros bairros de Altamira com características semelhantes (os chamados "baixões), tem sua origem ligada ao período de grande efervescência demográfica na Amazônia, especialmente a partir do início dos anos 1970.

A abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230) pelo Governo Militar impulsionou um intenso fluxo migratório para, Altamira. A cidade se tornou um polo de atração para trabalhadores, colonos e pessoas em busca de novas oportunidades na fronteira agrícola.

A ocupação em áreas de várzea com o rápido e desordenado crescimento populacional, somado à ausência de planejamento urbano e à especulação imobiliária, forçou as populações de baixa renda majoritariamente migrantes recém-chegados a ocuparem as áreas de mais fácil acesso e menor valor na cidade.

A Característica Geográfica do Baixão do Tufi, geograficamente, era uma planície de inundação próxima ao Rio Xingu, caracterizada por ser uma área de várzea e de cota baixa, sujeita à alagamentos durante o período chuvoso. Esta vulnerabilidade ambiental e a carência de infraestrutura básica consolidaram o bairro como uma área de ocupação informal e precária.

O Nome "Baixão do Tufi" está ligado a uma família ou figura local (o "Tufi") que se estabeleceu na área ou que era proprietária das terras originais. O termo "baixão" denota, justamente, a baixa altitude e a proximidade com o curso d'água.

Figura 3 - Bairro Tufi (2008)



Fonte: <https://altamiranoticia.blogspot.com/2013/03/altamira-bairro-baixao-do-tufi-ja-esta.html>

A formação do Baixão do Tufi remonta à década de 1990, quando a área começou a ser ocupada por trabalhadores de baixa renda em busca de moradia. Segundo relato do entrevistado 1, seu Tufi:

Seu Tufi chegou em Altamira em 1964, e antes de ir para o Baixão montou a sua boate em outros locais. Mas o Baixão do Tufi surgiu quando Seu Tufi montou um puteiro lá; a partir daí, deu-se início ao bairro. A área era um lugar baixo, no igarapé, com muitos insetos. O bairro começava na Osório de Freitas, e lá tinham muitas pessoas do bem. A gente chegava e marcava o pedaço de terra que queria, só depois a prefeitura tomou conta. Além da casa de festa, havia uma quadrilha no mês de São João que animava a todos. Na minha casa de festa, as mulheres se arrumavam de longo; eu exigia isso. No local havia muita violência; tudo era resolvido com tiro ou faca. A minha relação com os vizinhos era excelente; eu tentava ajudar a todos. Eu saí de lá porque meus filhos não queriam mais que eu trabalhasse com o puteiro. Na

inundação, todos saíam e iam para o outro lado, até a água baixar. O Baixão era bonito, e eu fui muito feliz lá.

Neste contexto, a existência de uma boate, o Cabaré do Tufi, atuou como o marco zero e o catalisador para o nascimento de uma nova área urbana. Inicialmente estabelecido como um local de entretenimento e, conforme o relato, um "puteiro", o Cabaré do Tufi não era apenas um negócio, mas um polo de atração que exigia infraestrutura de apoio e moradia para seus frequentadores e trabalhadores. A ocupação teve como ponto de partida a existência de uma boate chamada Cabaré do Tufi, na figura 04.

Figura 04: Senhor Tufi e a Boate Danúbio



Fonte: Extraído da entrevista feita por Miranda Neto e Soares/ Abril -2022

A construção de casas em palafitas é uma das mais notáveis e engenhosas formas de adaptação humana a ambientes fluviais que apresentam um acentuado ciclo de cheia e seca, como é característico da Amazônia e outras regiões de várzea. As famílias construíram suas casas, muitas delas de palafitas, para se adaptar ao ciclo de cheia e seca do rio.

Apesar da precariedade, o bairro tinha uma forte identidade social e cultural. A vida era moldada pela proximidade com o rio Xingu, que servia como fonte de subsistência e lazer. Os moradores, em sua maioria, eram pescadores, ribeirinhos ou trabalhadores que encontraram no Baixão do Tufi um lugar para viver, com acesso relativamente fácil a serviços urbanos e ao centro de Altamira. A figura 05, mostra a área do Baixão do Tufi em 2005.

Figura 5: Área do bairro Baixão do Tufi



Fonte: Extraído da entrevista feita por Miranda Neto e Soares/ Abril -2022

O processo de remoção urbana teve início por volta de 2011 e 2012, quando a Norte Energia, empresa responsável pela usina, começou o cadastramento das famílias. Muitas das famílias foram transferidas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), novos bairros construídos pela empresa na periferia de Altamira.

A realocação dos moradores do Baixão do Tufi gerou uma série de impactos sociais e culturais. A mudança para os RUCs, embora tenha oferecido casas de alvenaria e infraestrutura básica, não conseguiu compensar as perdas: A Perda de identidade e de laços sociais com a transferência que rompeu os fortes laços de vizinhança e a identidade cultural ligada ao rio.

O Isolamento geográfico dos RUCs, localizados longe do centro, dificultaram o acesso a empregos, escolas e serviços, impactando a mobilidade e a qualidade de vida. A mudança no modo de vida da população, que antes vivia da pesca e da relação com o rio, foi forçada a abandonar seu modo de vida tradicional.

A história do bairro Tufi é um dos exemplos mais contundentes de como o "desenvolvimento" de grandes projetos de infraestrutura pode apagar a história e a cultura de um bairro, deixando para trás um cenário de desterritorialização e desigualdade social.

A realocação para as casas de alvenaria foi sentida como uma destruição do modo de vida ribeirinho. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte converteu "indígenas e ribeirinhos em pobres marginalizados numa sociedade que não tem um lugar digno para oferecer a essas populações."

A desterritorialização do Baixão do Tufi, um antigo bairro de Altamira (PA) conhecido pela sua proximidade com o Igarapé Altamira e por suas casas de palafitas, foi um evento traumático e um dos impactos sociais mais visíveis da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, como pode ser visto na figura 06:

Figura 6: Baixão do Tufi antes/depois (2025)



Fonte: DJ Val e Barbosa (2025)

O principal motor da transformação foi a necessidade de esvaziar as áreas de várzea e os "baixões" da cidade, que seriam ou diretamente inundadas ou consideradas áreas de risco e de intervenção para obras de saneamento e requalificação urbana, conforme o Plano Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte.

O fim das Palafitas se deu entre 2014 e 2017, as casas de palafitas que caracterizavam o Baixão foram progressivamente demolidas. A área, que abrigava centenas de famílias em um modo de vida ribeirinho, foi completamente desocupada.

6.2 Histórico de formação da Rua do Ferro Velho

A Rua do Ferro Velho, em Altamira, figura 07, foi um dos locais mais representativos da geografia histórica da cidade que foi drasticamente alterada pelo megaprojeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Sua história de formação e posterior extinção é um caso

emblemático das transformações urbanas, exclusão social e perda de identidade que marcaram a região.

Na Figura 7, a Rua do Ferro Velho Ponte da João Coelho antes (2008) e depois do lado direito Açaizal lado esquerdo Rua Fausto Pereira popularmente conhecida como Rua do Ferro Velho fonte é Facebook nostalgia Altamira.

Figura 7 – Rua do Ferro Velho antes e depois



Fonte: Nostalgia e Barbosa (2025)

A Rua Fausto Pereira, também conhecida como rua do Ferro Velho, estava localizada no bairro Aparecida. Os moradores antigos da rua foram afetados pelo projeto da usina de Belo Monte. Muitos foram reassentados e tiveram que se mudar para bairros mais distantes, o que resultou em perdas de laços sociais e empregos. Como no relato do entrevistado 2 senhor Gilmar de Jesus, a seguir:

"Meus pais já moravam há mais de trinta anos na Abel Figueiredo, acima da Fausto Pereira. Quando souberam, ficaram muito apreensivos, ficaram em estado de choque na época. Tanto que, quando aconteciam as reuniões das quais participávamos, eles falavam dos lugares para onde seríamos realocados e parecia tudo muito bonito. A gente perguntava se ia faltar água; eles diziam que não, que teria um setor e que as casas seriam uma maravilha. No entanto, muitas deram defeito depois, e quando as pessoas foram morar lá, viram que não era do jeito que falavam na reunião.

Meu pai não quis ficar com a casa; pegou o dinheiro na época — ele recebeu R\$ 130 mil — e comprou uma casa no Mutirão. Não quis ficar no Mutirão e, como já tinha uma chácara, só a organizou e foi morar lá com minha mãe. Para ele foi muito bom; ele trabalhava na feira do agricultor, então ficou sossegado, foi plantar e praticamente nem saía da chácara.

Já para minha mãe, ficou complicado. Ela tinha atividades na rua e na igreja, então se sentiu isolada. Tínhamos que trazê-la para a cidade, pois ela ficava muito apreensiva. O convívio na rua com os vizinhos e a participação nos eventos da igreja faziam falta; para ela, foi difícil o isolamento."

Antes do impacto de Belo Monte, a Rua do Ferro Velho, figura 08, oficialmente chamada de Rua Fausto Pereira, era parte do bairro Aparecida. A região era caracterizada por ser uma área de ocupação informal, com casas simples, muitas vezes de madeira e sobre palafitas, que se adaptavam ao ciclo de cheias e secas do rio Xingu. O nome popular "Rua do Ferro Velho" se originou da presença de diversas oficinas e depósitos de materiais recicláveis e sucata que se instalaram na área.

Na Figura 8, a rua Fausto Pereira antes (2008) e depois da construção da Hidrelétrica. Final da Rua Sete de Setembro de um lado do igarapé, bairro açazal do outro rua Fausto Pereira popular rua do Ferro Velho antes e depois.

Figura 8 – Rua Fausto Pereira antes e depois



O local tinha uma forte identidade comunitária, e a vida dos moradores estava intimamente ligada ao rio. A subsistência de muitas famílias dependia da pesca ou de trabalhos informais nas proximidades. As relações de vizinhança eram sólidas, e a comunidade compartilhava um cotidiano marcado pela proximidade e colaboração, apesar das condições precárias.

Com a construção de Belo Monte, a Rua do Ferro Velho foi identificada como uma das Áreas Diretamente Afetadas (ADA), localizadas abaixo da cota de inundação do reservatório. A empresa responsável pelo empreendimento, a Norte Energia, iniciou um processo de remoção compulsória de todas as famílias que residiam na área.

Os moradores foram realocados para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), novos bairros construídos na periferia de Altamira. Embora as casas dos RUCs fossem de alvenaria e os loteamentos tivessem infraestrutura básica como saneamento e asfalto, a mudança gerou uma ruptura profunda. As famílias perderam seus laços sociais, sua relação com o rio e, para muitos, suas fontes de renda.

A extinção da Rua do Ferro Velho simboliza a perda de uma parte da história de Altamira. O que antes era um local de trabalho informal e uma comunidade de baixa renda com forte identidade, foi substituído por uma nova paisagem urbana sem a mesma riqueza histórica e cultural. Observe o relato de uma moradora: A ex-moradora relata a perda do vínculo com o Lugar, ou seja, a Rua do Ferro Velho, fala de que a vida era "ótima" e que ela criou os filhos lá.

O caso da Rua do Ferro Velho evidencia como o "progresso" de grandes projetos pode ser destrutivo para comunidades locais, apagando a memória e a história em nome do desenvolvimento econômico. A história da Rua do Ferro Velho permanece como um lembrete das perdas sociais e culturais que acompanham o avanço de uma lógica de desenvolvimento que não considera o ser humano e a natureza como parte indissociável da história.

6.3. Histórico de formação do Bairro Açaizal

O bairro Açaizal, figura 09, em Altamira, assim como outros bairros de “Baixão”, teve sua história e formação apagadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Sua trajetória é um exemplo marcante da desterritorialização e dos impactos sociais causados pelo projeto.

Figura 09: bairro Açaizal



Fonte: Nostalgia Altamira

O Açaizal era uma área de ocupação informal, localizada às margens do Igarapé Altamira, um dos afluentes do rio Xingu. O nome do bairro sugere a forte presença de açazeiros, indicando a proximidade e a dependência dos recursos naturais locais. O bairro era composto em grande parte por famílias de baixa renda, que construíram suas moradias, muitas delas de palafitas, para se adaptar ao ciclo de cheias do igarapé.

Apesar da precariedade das moradias e da infraestrutura, o bairro tinha uma forte identidade social. A vida no Açaizal era marcada pela intensa relação com a água, que fornecia alimento, era meio de transporte e moldava o cotidiano e a cultura dos moradores. O relato do entrevistado 3 senhor Alessandro Maia expressa o processo de saída do bairro:

"Fomos informados de que precisaríamos sair, pois morávamos em uma área de risco que sempre alagava, o que nos fazia perder os móveis. Começaram as consultas públicas, faziam reuniões e passavam em nossas casas coletando nomes, renda e o número de moradores.

A principal mudança foi a distância. Minha mãe foi para o RUC Casa Nova e, como não tínhamos transporte, ficou muito difícil para eu ir à escola (eu cursava o ensino médio na época). Seis meses depois, conseguiram um ônibus que nos buscava e deixava em um ponto em frente ao Mercado Municipal para irmos à Escola Dairce Pedrosa. O pior foi mesmo a distância, pois o bairro é muito afastado e até hoje o transporte é complicado, passando apenas de hora em hora.

A casa nova é boa, com três quartos, suíte e quintal grande. Minha mãe ainda mora lá, mas eu me mudei para a cidade de Manaus. O que poderia ter sido diferente foi o planejamento do bem-estar, pois nos levaram para um lugar muito longe sem estrutura de transporte imediata. Já o processo de saída foi bem organizado: marcaram a data com antecedência e trouxeram um caminhão da Granero para levar nossos móveis. Foi tudo bem conversado."

A remoção compulsória foi realizada pela empresa Norte Energia, que realocou as famílias para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs). O processo, que se intensificou

por volta de 2011, foi um divisor de águas para os moradores do Açaizal. As novas casas, embora de alvenaria e com infraestrutura básica, não conseguiram substituir a vida social e o modo de subsistência que se perderam. A distância dos RUCs em relação ao centro da cidade dificultou o acesso a empregos e serviços, e o rompimento dos laços comunitários levou ao isolamento e à perda de identidade.

A história do Açaizal é a história de um bairro que foi desmantelada em nome do progresso. A memória de um bairro que se formou e prosperou em harmonia com o Igarapé Altamira foi substituída por um novo cenário urbano, que não conseguiu preencher o vazio deixado pela perda da relação com o rio e da identidade comunitária.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da geografia histórica de Altamira, com foco nos bairros que se desenvolviam no entorno do Igarapé Altamira, revela um cenário de profunda transformação e conflito. A história desses bairros é, em essência, a história de uma relação íntima e simbiótica com o ambiente natural, que foi drasticamente rompida pela chegada de um megaprojeto de infraestrutura.

O Igarapé Altamira era mais do que uma simples corrente de água; ele era o eixo central da vida social, cultural e econômica dos bairros. Esses bairros cresceram e se consolidaram nas margens do igarapé Altamira, com a população adaptando seu modo de vida ao ritmo das águas. A pesca e o lazer estavam diretamente ligados ao igarapé, que servia como fonte de alimento, via de transporte e espaço de convivência.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e as obras de saneamento e urbanização a ela associadas, causaram a extinção dessa geografia histórica. As remoções urbanas compulsórias desabrigaram milhares de famílias, desfazendo as redes de vizinhança e os laços comunitários que se formaram ao longo de décadas. O que restou foi uma paisagem alterada e bairros desterritorializadas, transferidas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), que, apesar de oferecerem uma nova infraestrutura, não conseguiram replicar a vida social e cultural dos antigos bairros.

A história dos bairros no entorno do Igarapé Altamira é um poderoso exemplo de como o "desenvolvimento" pode se traduzir em exclusão e desestruturação social. Ela levanta questões críticas sobre a sustentabilidade e a ética de projetos que priorizam o progresso econômico em detrimento da vida, da história e da cultura local. A memória desses bairros e do igarapé que os moldou permanece como um lembrete das perdas irreversíveis que acompanham

o avanço de uma lógica de desenvolvimento que não considera o ser humano e a natureza como parte indissociável da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOFORADO, Ihering Guedes. **Geografia Histórica e Gênero**: Uma Aproximação do Programa de Milton Santos ao de Carolyn Merchant. Observatório Geográfico de América Latina. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiahistorica/04.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ESTRONIOLI, Elisa Mergulhão; **DE MIRANDA NETO**, José Queiroz. A Hidrelétrica de Belo Monte como fator de segregação socioespacial: uma análise a partir da cidade de Altamira-PA. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 3, 2021.

FREIRE, L. M.; **LIMA**, J. S.; **SILVA**, E. V. Belo Monte: fatos e impactos envolvidos na implantação da usina hidrelétrica na região Amazônica Paraense. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 30, n. 3, 2018.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].

MAIA, Doralice Sátyro. **Geografia Histórica Urbana**: trajetórias e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

MAIA, Doralice Sátyro. Geografia Histórica Urbana: Notas de pesquisa. **Terra Brasilis** (Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica), n. 12, 2019.

NORTON, William. **Historical Geography**: Evolution and Regional Change. Londres: Edward Arnold, 1984.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. **Trajetoórias pela Geografia Histórica**. Disponível em: <http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/4f0f4f921624c60370e661d00439a48d.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SOUSA, Bruna Duarte de; **DE MIRANDA NETO**, José Queiroz; **NEVES**, Italla Cristina. A cidade capitalista e as ocupações urbanas: uma análise de Altamira-PA após a instalação da hidrelétrica de Belo Monte. [S.l.: s.n.], 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. **A água e o homem na várzea do Careiro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1963.